

FUNDAMENTOS E CONTRADIÇÕES DE UMA RESISTÊNCIA: A REVOLUÇÃO CUBANA NO PERÍODO ESPECIAL (1991-99)*

*Luís Eduardo Mergulhão Ruas***

Os anos 90 vêm representando um período de grandes transformações na geopolítica mundial. As intensas mudanças no processo de produção capitalista, iniciadas na década de 70, ganham um forte impulso e se espalham pelo mundo acabando por contribuir para uma nova fase do capitalismo onde a crise do chamado Estado do Bem Estar Social é evidente, favorecendo assim a defesa de uma economia fortemente ditada pelo mercado com cortes severos nos gastos públicos. Todas estas mudanças na base produtiva indubitavelmente também contribuíram para o término das experiências anticapitalistas na Europa do Leste culminando com o fim da URSS, fazendo dos EUA os vitoriosos da guerra fria e tornando o mundo unipolar. A ofensiva ideológica conservadora ganhou espaços em todos os campos da vida social e, se qualquer alternativa mesmo dentro da ordem capitalista era vista como antiquada, apontar a necessidade de uma nova ordem social, socialista, significava defender o lixo da história.

A Revolução Cubana, a experiência anticapitalista da América Latina, parecia ter seus dias contados. Exilados cubanos em Miami chegaram até a fazer as malas, já que era impossível uma ilha pobre resistir a toda esta onda, principalmente com o fim do socialismo do Leste Europeu, constituído por alguns países com um nível de desenvolvimento econômico e conforto material muito maiores que a pequena ilha caribenha. Passados mais de oito anos do fim do socialismo real, quando Cuba perdeu 85% de suas relações comerciais iniciando então o *Período Especial*, por incrível que possa parecer a revolução cubana sobrevive. Como?

Esse complexo processo de resistência iniciado com o fim da URSS, aliado ao cada vez mais intenso bloqueio americano, fez com que Cuba sofresse transformações profundas e necessárias diante do novo quadro geopolítico mundial. Porém, muitas destas transformações vêm trazendo alguns problemas ou até exacerbam os já existentes, alguns fazendo parte das contradições do socialismo neste século, que não podemos deixar de

levar em conta em nome de uma visão apologética sob pena de não contribuímos para a construção de uma nova proposta socialista para o século XXI. Tentaremos então, de forma breve pelo caráter do artigo, apontar as raízes desta resistência e seus problemas.

A Questão Nacional e a Revolução Cubana

Um dos pilares fundamentais de todo o processo revolucionário cubano até hoje é a questão nacional. A soberania e a garantia de independência real da nação estão presentes em todos os discursos do governo cubano e nas reflexões de sua intelectualidade. A formação do Estado Nacional após a independência no final do século passado se deu de maneira totalmente artificial, com os EUA praticamente ditando seus interesses na ilha, contribuindo decisivamente na elaboração de uma Constituição que continha a famosa Emenda Platt e a construção de uma base americana no leste do país. O interesse dos EUA por Cuba já vinha de longa data, pois Tomás Jefferson já manifestara seu desejo da ilha fazer parte do seu sistema de estados. Afinal, Cuba representava um formidável ponto estratégico e os investimentos americanos não paravam de crescer, mesmo que ainda estivesse vinculada à metrópole espanhola.

O temor do possível papel a ser cumprido pelos EUA já estava presente nas reflexões de José Martí, principal ideólogo do processo de independência e morto em combate na guerra de independência, que via na união de todos os cubanos a única forma de fazer frente tanto ao colonialismo espanhol quanto ao imperialismo americano que já se fazia bem presente na região. Esta postura antiimperialista de Martí, a firme determinação em buscar a unidade da nação a partir das reivindicações das classes populares, a valorização de uma cultura latino americana frente às imposições européias e norte americanas, servirão de base a todos os movimentos de contestação à ordem neocolonial ao longo de toda a República. Porém, estas idéias não conseguiram hegemonizar uma sociedade onde a democracia era praticamente inexistente, o processo eleitoral totalmente corrompido, a repressão fortíssima, inclusive com a invasão dos *marines*, e vastos setores da burguesia completamente associados aos interesses americanos. Logo, a urgente resolução da questão nacional e da questão democrática só poderiam passar

por um projeto que, calcado nas classes populares, fosse em sua dinâmica antiimperialista, ou seja, que levasse à descolonização real do país e a construção de sua soberania às últimas consequências.

Por isso, a revolução de 1959, mesmo tendo inicialmente um amplo programa de reformas que, abstratamente, podem ser chamadas de reformas dentro da ordem burguesa, como a reforma agrária, a reforma urbana, nacionalizações de algumas empresas, acabou na prática por colocar na ordem do dia um rompimento com o próprio imperialismo. Como era impossível para Cuba a constituição de um *capitalismo nacional* e diante da forte oposição dos EUA, a direção da revolução ficou diante do dilema de paralisar as mudanças, acabando por permitir uma rearticulação das classes dominantes e da ordem burguesa tradicional, ou seguir em frente e rumar para uma nova ordem social. Logo, a revolução cubana demonstrou que as denominadas tarefas democráticas e nacionais só poderiam ser solucionadas em um processo de mudanças tendo como sujeito hegemônico fundamental o proletariado, já que é a única classe social disposta a aprofundar a democracia, não devendo assim estar subordinado à *burguesia nacional* como defendiam os partidos comunistas tradicionais.

Tal escolha acabou por provocar divisões nos grupos que dirigiam a revolução, principalmente naquele a que pertencia Fidel Castro, o Movimento 26 de Julho, e acabou por definir de forma mais clara a orientação socialista. Os grupos que se opunham à implementação prática e real das bandeiras democráticas e nacionais eram apresentados como inimigos da soberania cubana. A referência à autonomia nacional e a necessidade da união de todos os cubanos na manutenção de sua independência, fundamentados na reflexão martiniana, eram sempre invocados quando a revolução sofria ataques internos ou externos como no caso da invasão da Baía dos Porcos, ou atualmente quando os EUA tentam estrangular definitivamente a revolução. Logo, o nacionalismo representa hoje uma das bases de consenso social, se fazendo muito mais presente que o próprio lema Socialismo ou Morte, passando também o antiimperialismo a ser mais sutil, afinal Cuba depende de investimentos estrangeiros, embora a postura contrária à hegemonia americana seja evidentemente bastante significativa. Este cunho nacional bem marcado em uma revolução genuína, ou seja,

advinda das próprias contradições sócio-políticas de sua história, sem dúvida representa uma das bases do governo cubano e contribui para o modelo cubano anticapitalista não ser fragorosamente derrubado pela onda neoliberal.

As contradições da resistência

Embora Cuba abraçasse um modelo socialista de desenvolvimento, em grande parte não seguiu a diretriz soviética, pelo menos até meados da década de 70. Durante os anos 60, o governo tenta construir um modelo alternativo de produção, e nisto tem grande influência as reflexões críticas de Guevara sobre os países socialistas, que impulsionasse o desenvolvimento de suas forças produtivas evitando qualquer tipo de dependência, impedindo uma possível burocratização do poder e, fundamentalmente, criasse uma consciência socialista. Este modelo estava calcado na leitura do marxismo que potencializava a ação do homem na história como capaz de efetivar mudanças, mesmo que as condições objetivas não fossem as mais propícias. A questão do exemplo revolucionário, a ser dado principalmente pelos dirigentes, o trabalho voluntário, a educação fundamentada na moral socialista, eram vistas por Guevara como elementos centrais para um processo de transição socialista diferenciado do Leste europeu que já vinha criticando explicitamente. Mesmo na estruturação do poder revolucionário, houve uma certa distância do socialismo real, vide principalmente os fortes embates entre os revolucionários do Movimento 26 de Julho e muitos dos comunistas tradicionais formados pela visão soviética, havendo assim uma maior participação de massa, a construção de um novo partido comunista mais aberto, com forte raiz popular, a formação de um governo de relações estreitas com a população e com muito menos privilégio se compararmos com o socialismo euro-soviético.

Porém, a tentativa de uma outra via para o socialismo em Cuba encontrou limites óbvios, sendo abortado tanto seu processo de industrialização como sua tentativa de contribuir com a vitória de outras revoluções populares na região, que permitiria novos fluxos comerciais capazes de compensar tanto o bloqueio americano quanto a dependência soviética, que já começava a tentar se fazer presente nas mais diversas esferas sociais. A morte de Guevara e o recuo das experiências guerrilheiras em

alguns países farão com que Cuba seja quase que obrigada pelas circunstâncias a se integrar profundamente ao CAME, tipo de mercado que envolvia os países socialistas. Só a partir de 1986, com o processo de *retificación*, o governo percebe que copiara modelos de gestão que, se por um lado alicerçaram um forte desenvolvimento econômico, embora fortemente dependente, por outro já haviam produzido uma burocratização preocupante e quase uma perda da identidade da revolução.

Contudo, a correção de rumos, que se apoiava nas idéias de Guevara e apresentava interessantes elementos de democratização, foi abortada em face aos acontecimentos do Leste Europeu e da URSS, quando Cuba inicia o Período Especial disposta a *salvar as conquistas do socialismo*, ou seja, a saúde, a educação para todos, a centralidade das necessidades do homem, que não poderiam estar sujeitas às flutuações do livre mercado e a soberania nacional. Que caminhos seguir nas condições de total isolamento?

O governo opta pela abertura ao turismo e um maior incentivo a entrada do capital estrangeiro, menos nos setores de educação, saúde e segurança. As trocas mercantis crescem, já se estabelece um mercado forte, embora parcialmente controlado pelo governo, mas que produz também efeitos terríveis como a mercantilização da vida, a corrupção, uma forte corrida ao dólar e uma crescente diferenciação social. O racionamento da alimentação permanece atualmente, em uma fase já bem mais tranqüila do chamado período especial, bastante duro, e quem só tem acesso a moeda local, o chamado peso cubano, não leva uma vida fácil, ao contrário daqueles muitas vezes menos qualificados mas que possuem alguma forma de receber dólares. Esta luta pela sobrevivência vem minando a ética revolucionária, principalmente em uma sociedade que não está acostumada a este ritmo de vida. O futuro permanece uma interrogação, embora muitos sejam de opinião que, se este governo cair, as coisas ficam bem piores e o país perde definitivamente a soberania. Afinal, foi a revolução que reinstalou o orgulho e a dignidade de ser cubano.

Logo, o processo revolucionário cubano, embora tentasse, não pôde fugir às suas próprias condições históricas, os limites de seu tempo e todas as contradições que fazem parte da luta socialista no século XX. Cuba é um país com poucos recursos naturais e que sofreu um duro colonialismo e um

ainda mais intenso neocolonialismo que fez da ilha um país exportador de açúcar. Por suas contradições de classe foi impulsionada a negar o capitalismo e construir uma nova sociedade sem totais condições materiais para tal e sujeita a relações comerciais com a URSS pouco diferente das relações com os países capitalistas no que se refere à dependência econômica. Construiu um sistema sócio-político onde houve uma socialização da produção baseada em forte igualitarismo, hoje crescentemente minado, e demonstrou que um país latino-americano pobre pode resolver algumas questões centrais para a vida em sociedade, sendo assim justo sem ser rico, onde o fator consciência configura-se como alicerce fundamental de uma revolução calcada na cultura do povo e em sua história de vida. Por outro, apontou os limites desta própria socialização na construção de uma transição socialista em função de uma base material precária e diante de relações comerciais profundamente injustas e desiguais, agora mais presentes com a intensificação do bloqueio americano e o fim do Leste Europeu e da URSS.

No campo da política propriamente dita, acumulou, mesmo com todas as diferenças, as contradições do socialismo no século XX no que se refere à participação democrática. Organizações de massa sem autonomia, sociedade civil comandada pelo Estado, um partido único dirigente que, mesmo constituído de maneira diferente, é viabilizado também pela força da lei e muitas vezes se confunde com o Estado. Há um certo nível de participação popular que, embora institucionalmente venha aumentando, ainda é bastante formal, servindo muitas vezes para referendar decisões. A socialização da política ainda permanece um problema, mas são contradições que extrapolam a experiência cubana e que encontram um solo histórico forte em um país que não tem uma tradição democrática anterior a 1959, tendo também que conviver há quarenta anos com as permanentes tentativas do governo americano em minar das mais diversas maneiras o processo revolucionário.

Evidentemente, a revolução tem que utilizar todas as armas para se defender, mas este ambiente de guerra, somado às contradições do próprio modelo socialista, não contribuem para o avanço destas reflexões que dariam um fortalecimento real aos organismos de massa e maior democratização do poder. Afinal, as idéias socialistas não podem triunfar e ganhar as massas

sem polêmica, e a consciência não se constrói com formalidades política e sim com práxis concreta. Até que ponto o povo cubano, mesmo se levarmos em conta os que apoiam a revolução, ainda mantém, com todos estes problemas na participação política e com o desmonte do que era chamado de socialismo, uma consciência anticapitalista? Não serão estes recuos aos mecanismos de mercado, inevitáveis é verdade, capazes de destruir qualquer projeto socialista? Será que os cubanos entendem que os sacrifícios que fazem, a vigência de uma economia crescentemente dolarizada, os imensos privilégios dos turistas e de quem adquire dólares, são caminhos para garantirem suas conquistas sociais na educação e na saúde? Os investimentos estrangeiros e a economia de mercado, tendo como base uma estrutura econômica e política ainda fortemente centralizada onde o papel do dirigente partidário é fundamental, não podem lentamente corroer os ideais socialistas, sendo parte do próprio partido o implementador de uma economia abertamente capitalista, como ocorreu em vários países do Leste Europeu? Isto não pode gerar uma profunda luta social com os que ainda usufruem das conquistas sociais da revolução?

Creio que os caminhos da Revolução Cubana permanecem em aberto. Pode ser que a transição socialista, diferente de acordo com a formação econômica e social de cada país, tenha que manter viva uma certa economia de mercado durante um longo tempo, devendo então este projeto de sociedade conviver com diversas formas de propriedade e fortes desigualdades sociais. Será o *socialismo de mercado* uma saída para Cuba? E como deverá ficar equacionada a questão da democratização do poder após o fim do bloqueio americano? Em todos os casos, Cuba permanece como uma experiência a ser mais profundamente estudada, pois realmente pode estar contribuindo para a construção de um novo projeto de transição socialista capaz de superar dialeticamente todos aqueles construídos durante o século XX.

Notas

* Artigo resultante da mesa redonda "Os 40 anos da Revolução Cubana".

** Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.